

PARA TRADUZIR O CÂNONE PĀLI: A REINE SPRACHE DO OUTRO LADO DA FITA DE MÖBIUS

Nils Goran Skare
Universidade Federal do Paraná
Curitiba, Paraná, Brasil

Resumo: O presente estudo se propõe a analisar algumas potencialidades de tradução do cânone pāli, língua em que estão os escritos do budismo Theravāda. Para tanto, utilizamos o conceito de língua pura (*reine Sprache*) tal qual formulado por Benjamin. Depois disso, procedemos a uma leitura do conceito à luz da doutrina budista. Assim, defendemos uma Revelação sem Criador, o que nos conduz à ideia de língua pura como parâmetro cármico. Na nossa discussão, apontamos para o traduzir como prática. Em nossa conclusão, traduzimos alguns versos do *Dhammapada* e os discutimos, e respondemos a algumas possíveis objeções.

Palavras-chave: Pāli; Língua pura; Walter Benjamin; Budismo; Carma

IN ORDER TO TRANSLATE THE PĀLI CANON: REINE SPRACHE ON THE OTHER SIDE OF THE MÖBIUS STRIP

Abstract: The present study proposes to analyze some potentialities in the translation of the pāli canon, language in which are the writings of Theravāda buddhism. In order to do this, we use the concept of pure language (*reine Sprache*) as formulated by Benjamin. After this, we proceed to a reading of the concept under the light of buddhist doctrine. Thus, we defend a Revelation without Creator, which brings us to the idea of pure language as a karmic parameter. In our discussion, we point to translating as a practice. In our conclusion, we translate some verses from the *Dhammapada* and we discuss them, and we respond to some possible objections.

Keywords: Pāli; Pure language; Walter Benjamin; Buddhism; Karma



1. Introdução

Haroldo de Campos, em prefácio à sua tradução do “Eclesiastes” (*Qohélet / O-que-sabe*), menciona Northrop Frye e fala de um “encontro pessoal” com a Bíblia. Diz o poeta concretista:

As traduções aqui coligidas são ensaios. Não têm, de modo algum, a desmesurada ambição de restituir uma suposta “autenticidade” da língua original, nem do ponto de vista filológico, nem do ponto de vista hermenêutico. Não aspiram a reprimir nenhuma “verdade” textual. Não se nutrem de nenhuma ilusão “purista”. (CAMPOS, 1991, p. 11)

Achamos por bem invocar essa referência no princípio de nosso estudo sobre o cânone pāli. Também o autor deste artigo teve um “encontro pessoal” com as escrituras budistas e gostaria de usar o presente estudo para explorar algumas potencialidades de sua tradução.

O pāli é uma língua aparentada do sânscrito, exceto que se trata de uma língua montada artificialmente com pedaços de dialetos falados nas diferentes partes da Índia cerca de 2.600 anos atrás. Em outras palavras, o Buda histórico nunca falou realmente pāli, mas o pāli é a língua mais próxima do que ele teria falado. O cânone budista da escola Theravāda (a mais antiga entre as ramificações doutrinárias do budismo) é chamado de Tripitaka e contém milhares de sutras (sermões ou discursos do Buda).

Dada essa situação, cabe a seguinte pergunta: como projetar uma tradução desse material? O português brasileiro conta com algumas versões, notadamente do *Dhammapada*, mas nossa pergunta visa *descortinar* o que jaz como potencial no entrelaçamento entre a tradução e o *Dhamma* (palavra multivalente que pode ser entendida aqui como a Doutrina, a Lei, e até mesmo o Significante). No presente estudo, vamos recorrer ao conceito de “língua pura” tal qual formulado por Walter Benjamin, já que essa noção está ligada

às ideias de texto sagrado e ideal de tradução. Trata-se, portanto, da busca de um Projeto de Tradução que daria conta do cânone pāli, ao mesmo tempo que é um lançar luz do *Dhamma* budista sobre a teoria de tradução benjaminiana. Ao longo de nosso estudo, transmutaremos nossa noção de “língua pura” e alcançaremos dois propósitos: descobriremos algumas das especificidades da tradução do texto sagrado, articulando a *prática* do traduzir com a meditação; e, de quebra, traduziremos a “língua pura” para uma matriz budista, procedendo a uma leitura materialista da obra de Walter Benjamin. À guisa de conclusão, traduziremos alguns versos do *Dhammapada* e responderemos a objeções.

2. Língua pura, tradução, sagrado

Na teoria da tradução, noções sobre uma “língua pura” (*reine Sprache*) emanam do polêmico e profícuo ensaio *Die Aufgabe des Übersetzers* (prefácio de 1923 de Walter Benjamin a uma tradução dos *Quadros Parisienses* de Baudelaire), texto que se tornou uma encruzilhada na discussão contemporânea a respeito do âmago da tradução, devido em grande parte à relevância do autor no pensamento europeu; aí, a “língua pura” seria um núcleo oculto em certos textos, uma espécie de potencial poético que o tradutor poderia tocar e liberar¹. Desonerando-nos por ora da imensa fortuna crítica do texto, vamos examinar mais proximamente o ensaio benjaminiano, lembrando de dois tópicos de Theodor Adorno: primeiro, de que Benjamin era um verdadeiro mestre do gênero ensaístico; em segundo lugar, que a lei mais íntima do ensaio é a “heresia” (*Ketzerei*)². É preciso ter em mente essa disposição que vai contra a ortodoxia e o pensamento majoritário na *intentio* ou estrutura de “A Tarefa do Tradutor”; cientes dessa visada, procedemos ao *close reading* de três momentos no ensaio de Benjamin.

¹ BAKER, 2000, p. 194.

² ADORNO, 1972, p. 83.

Num primeiro momento, Benjamin afirma que uma “relação/afinidade” (*Verwandtschaft*) entre as línguas se “expressa/manifesta” (*sich bekundet*), o que não é de forma alguma uma “semelhança/pareceza” (*Ähnlichkeit*)³ entre original e reprodução. Essa relação/afinidade não é definida por uma “igualdade de derivação/procedência” (*Gleichheit der Abstammung*), já que toda relação/afinidade “supra-histórica” (*überhistorische*) entre as línguas reside em “uma e só” (*eines und zwar*) coisa “intencionada/significada” (*gemeint*); algo que existe na “totalidade/completude” (*Altheit*) de suas “intenções” (*Intentionen*): a língua “pura” (*reine*)⁴. Ao passo que os “elementos solitários/separados” (*einzelnen Elemente*) das línguas se opõem, essas línguas elas mesmas se “complementam/suplementam” (*ergänzen*) em suas intenções⁵. Walter Benjamin afirma que se trata de uma “lei” (*Gesetz*) expressa na dupla dimensão entre aquilo que é “intencionado/significado” (*Gemeint*) daquilo que é a “modalidade de intencionar/significar” (*Art des Meinens*); para os falantes estrangeiros, este não é intercambiável, mas do ponto de vista do objeto visado, absolutamente, este é “o mesmo e o idêntico” (*das Selbe und Identische*)⁶. Mas o que se complementa/suplementa em duas línguas? “E de fato complementam/suplementam-se nelas a modalidade de intencionar/significar rumando para o que é intencionado/significado.” (*Und zwar ergänzt sich in ihnen die Art des Meinens zum Gemeinten.*)⁷ O *Gemeint* nas línguas está em “perpétuo/constante fluxo/mudança” (*stetem Wandel*); contudo, de uma “harmonia” (*Harmonie*) de todas as *Art des Meinens*, esse *Gemeint* “pode emergir/eclodir” (*herauszutreten vermag*)⁸ *qua* língua pura. As línguas ocultariam essa língua pura até o “término messiânico de sua história” (*messianische Ende ihrer Geschichte*), fazendo do crescimento das lín-

³ BENJAMIN, 1972, p. 13

⁴ BENJAMIN, 1972, p. 13

⁵ BENJAMIN, 1972, p. 13-14

⁶ BENJAMIN, 1972, p. 14

⁷ BENJAMIN, 1972, p. 14

⁸ BENJAMIN, 1972, p. 14

guas algo “sagrado” (*heilige*) rumo à “Revelação” (*Offenbarung*); torna-se uma questão, portanto, ciente da “distância” (*Entfernung*) entre presente e fim dos tempos, em que medida pode esse oculto se tornar “presente/atual” (*gegenwärtig*)⁹.

Um segundo momento que nos será profícuo é o famoso símile dos cacos do vaso. Diz Walter Benjamin que a tradução não deve buscar o “sentido do original” (*Sinn des Originals*), mas sim “carinhosamente” (*liebend*) “formar/construir/erguer” (*anbilden*) em sua própria língua o *Art des Meinens* do original, assim como os cacos de um vaso devem se encaixar “nos menores detalhes/particulares” (*kleinsten Einzelheiten*), “sem serem semelhantes” (*nicht so zu gleichen haben*)¹⁰. O tradutor deveria se abster da “intenção de comunicar algo” (*der Absicht, etwas mitzuteilen*); o original seria “essencial/substantivo” (*wesentlich*) por já comportar toda a “ordem da comunicação do tradutor” (*Ordnung des Mitzuteilenden den Übersetzer*)¹¹. A língua da tradução se desprende do sentido para, numa “harmonia” (*Harmonie*), “como complemento/suplemento da língua” (*als Ergänzung zur Sprache*), e não sua *intentio qua* imitação do sentido; aqui, Benjamin defende as traduções que não se leem “como um original” (*wie ein Original*), mas defende a “literalidade na transferência/transmissão da sintaxe” (*Wörtlichkeit in der Übertragung der Syntax*)¹².

Por fim, num terceiro momento, quando da conclusão de seu ensaio, Walter Benjamin abordará a dimensão do sagrado e seu entrecruzamento com a tradutibilidade. Tratando de Hölderlin, Benjamin glosa o “perigo/risco monstruoso e original” (*ungeheure und ursprüngliche Gefahr*) de “toda” (*alle*) tradução, de que o tradutor irá “se trancar no silêncio” (*ins Schweigen schliessen*), caindo “de abismo/lacuna/hiato em abismo/lacuna/hiato” (*von Abgrund zu Abgrund*) até o “sem-fundo da linguagem” (*bodenlosen Sprachtie-*

⁹ BENJAMIN, 1972, p. 14.

¹⁰ BENJAMIN, 1972, p. 18.

¹¹ BENJAMIN, 1972, p. 18.

¹² BENJAMIN, 1972, p. 18.

fen)¹³. Há, para Benjamin, um ponto de parada nessa queda. O texto “sagrado” (*heiligen*), em que o sentido não separa “fluxo/corrente da língua” (*strömende Sprache*) do “fluxo/corrente da Revelação” (*strömende Offenbarung*), é “traduzível” (*übersetzbar*), pois pertence em sua “literalidade” (*Wörtlichkeit*) à “verdadeira linguagem” (*wahren Sprache*), à “verdade” (*Wahrheit*) ou ao “ensino/doutrina” (*Lehre*)¹⁴. Benjamin diz que se requer da tradução uma “confiança/fê” (*Vertrauen*) tão “infinita/ilimitada” (*grenzenloses*) que “literalidade” (*Wörtlichkeit*) e “liberdade” (*Freiheit*) se unem¹⁵, assim como no texto sagrado “língua” (*Sprache*) e “Revelação” (*Offenbarung*) também são um; os textos “sagrados” (*heiligen*) contêm “entre as linhas” (*zwischen den Zeilen*) sua tradução “virtual” (*virtuelle*), assim, o “ideal” (*Ideal*) de todas as traduções é a versão interlinear das Escrituras Sagradas¹⁶.

3. Da revelação sem criação à *Vertrauen* como confiança

A cosmologia budista não postula a existência de uma divindade criadora. Diz o Buda: “sem nenhum início cognoscível é este perambular recorrente (*samsara*). Um primeiro momento dos seres que, obstruídos pela ignorância e agrilhoados pela sede/anelo, perambulam e vagueiam (para lá e para cá) –, não é discernido”¹⁷.

Embora existam esferas divinas nessa visão de mundo, elas também são consideradas impermanentes (*anicca*) e, além do quê, em nenhum momento o Buda argumenta em prol de qualquer intercessão de Deus ou Deuses. A ausência de um Criador complexifica a *Offenbarung* envisionada por Walter Benjamin. A teleologia benjaminiana envolve um momento de criação das línguas cujo *blue-*

¹³ BENJAMIN, 1972, p. 21.

¹⁴ BENJAMIN, 1972, p. 21.

¹⁵ Diremos que é precisamente o esforço para relevar (*aufheben*) a oposição entre “literalidade” e “liberdade” que constitui a *intentio* “herética” no ensaio de Benjamin. A tradução “relevar” para o dialético *aufheben* é explicitamente proposta por Derrida. (DERRIDA, 2000).

¹⁶ BENJAMIN, 1972, p. 21

¹⁷ BUDA, 2008, p. 353.

print residiria em Deus, bem como um momento de apocatástase para o ser humano (e as línguas), reunidos mais uma vez no seio do Criador: um apocalipse ou Juízo Final.

No budismo, analogamente à Revelação, existe na dimensão individual o momento da Iluminação, o instante em que a pessoa – através de métodos de purificação de sua mente – ascende à condição de Arahant, um santo plenamente consumado, que, libertando-se do penoso ciclo de renascimentos (*samsara*), torna-se semelhante a um Buda. Mas esse “ponto final” do desenvolvimento humano é também precedido de *insights* parciais.

É preciso termos claro que Benjamin (um pensador informado, entre tantos outros autores, por Kant – especialmente o jovem Benjamin de *Die Aufgabe des Übersetzers*) e, em alguma medida, toda a tradição filosófica ocidental moderna, concebe que o “em-si” do objeto é inapreensível. Isso é diferente na tradição oriental. Para o budismo, através de absorções meditativas (*jhāna*), é possível penetrar o em-si do objeto.

Ora, o Tempo e o Espaço para o “rabino” Benjamin (dentro de sua matriz judaica monoteísta) compõem *ab ovo* o limite de qualquer origem (*Ursprung*); no budismo, Tempo e Espaço sempre-já existem, deslocando a perspectiva para o presente, momento exclusivo da ação ética. A “origem” benjaminiana *qua* encontro dos extremos na pré- e pós-história do fenômeno¹⁸ apresenta (*Vorstellung*) o original como Um de uma constelação de *Art des Meinens*. Uma perspectiva budista sobre o Ser do objeto original o vê como “mais um” do *Gemein* cujo carma (literalmente “ação”, o que prende a pessoa ao *samsara*) se atualiza num Tempo e Espaço heteróclitos. Pois todo *Gemein* é um *dhamma* (aqui no sentido de elemento mental); em outras palavras, pode ser que uma tradução do *Dhamma* (aqui no sentido de Ensino e de Doutrina) do pāli seja mais significativa que o “original”. Do ponto de vista da Doutrina, o cânone pāli é apenas um invólucro; qualquer “santidade” reside no *Gemein*, não no *Art des Meinens*.

¹⁸ BENJAMIN, 2004.

O que a língua pura visa como Um apocalíptico é atualizado na dimensão individual do budismo no terceiro fator do Nobre Óctuplo Caminho, a saber, a fala/linguagem correta (*sammā vācā*), que é derivada de uma intenção correta (*sammā sankappa*). Em outras palavras, a língua pura não é um instante do devir do Mundo, mas um alvo/objetivo (*Ziel*) do devir-sagrado do indivíduo. Por mais claudicante que seja nossa experiência da linguagem, podemos nos recordar de um momento em nossa vida em que as palavras fluíam desimpedidamente e a comunicação foi perfeita nos limites do Mundo. Trazer de volta ao presente essa experiência é a prática de *sammā vācā*.

Nesse contexto, o que é o sagrado? É possível defender que uma religião funciona como um sistema de coordenação e subordinação de elementos sagrados e profanos¹⁹. Em certo sentido, da perspectiva budista, nada é sagrado, o que é apenas uma forma de dizer que tudo é sagrado. O sagrado não existe em-si, senão para aquele que se comporta perante ele como se tal fosse. O Arahant que conhece a realidade em-si mesma atualiza o Saber Absoluto: como perfeição moral, como felicidade suprema e como plena consciência de si²⁰. Mas isso significa que apenas o Arahant pode acessar a *reine Sprache* em sua atualização concreta, empírica e particular?

Somos levados ao caminho da reificação, porventura, por nos atermos demasiadamente a “traduções” ao invés do heraclitiano “traduzir”, já que se trata de uma prática – duplamente articulada entre *Gemein* e *Art des Meinens* – para a qual buscamos uma normatividade, ou, pelo menos, um guia de ação. *Sammā vācā* é definida negativamente por quatro abstenções: abster-se de mentir, abster-se de fala divisiva, abster-se de fala abusiva e abster-se de falatório ocioso. Pode-se encontrar uma definição positiva pelo oposto de cada um desses tópicos. Ainda assim, as indicações não tem granularidade suficiente para orientar nosso projeto de tradução.

Ora, a *Vertrauen* ilimitada que Benjamin postula pode ser traduzida pelo budista *saddha*, uma “confiança” mais do que uma

¹⁹ DURKHEIM, 1968.

²⁰ KOJÉVE, 2002, p. 263.

“fé”²¹. Nesse sentido de “confiança”, a tarefa do tradutor do texto sagrado se torna uma menos de *willpower* do que de “*wisdompower*”. É que não se espera do tradutor do cânone pāli que conheça o *Dhamma* em toda sua extensão para praticar seu ofício sobre ele, assim como não esperamos que uma pessoa seja um Arahant para realizar uma ação “hábil” (*kusala*). Ao contrário das religiões abraâmicas (judaísmo, cristianismo e islamismo), nas quais a fé desempenha um papel fundamental (a ponto de “religião” e “fé” terem se tornado sinônimos), religiões como o budismo (e também o confucionismo e o taoísmo) podem ser vistas como sistemas educativos, cujo propósito maior é a *Bildung* dos seus adeptos. Nesse sentido, a *saddha* se atualiza na confiança de que todos os seres podem vir a se tornar um Buda.

Analogamente, é preciso confiar que a *Gemein* de um texto pode se tornar o *Dhamma*. Mas o *Dhamma* é “apenas” a atualização do devir-Buda na linguagem e nos atos.

Após atravessarmos a doutrina benjaminiana pelo *Dhamma* budista, a *reine Sprache* se revela como o *parâmetro cármico* da tradução do cânone pāli.

4. A *reine Sprache* como parâmetro cármico

A partir da década de 1960, além dos experimentos sensualistas contra-culturais com o sexo (impulsionados pela invenção da pílula anticoncepcional) e do uso de drogas ilícitas, aumenta também o interesse no Ocidente com relação ao misticismo oriental²². Isso gera um senso comum a respeito de termos e conceitos que prejudica a compreensão objetiva; quando se mistura horóscopo maia com o segredo das pirâmides e um pouco de *feng shui*, numa *mélange*

²¹ Essa tradução é explicitamente defendida pelo monge vietnamita Thich Nhat Hanh. HANH, Thich Nhat. *A Arte do Poder*. Tradução de Claudia Gerpe Duarte. Rio de Janeiro: Rocco, 2008. p. 29.

²² ŽIŽEK, 2009.

que denominaremos *New Age*, torna-se difícil precisar de forma operacional um conceito.

Feita essa ressalva, é preciso compreender que o conceito de carma existe dentro do contexto histórico e político da Índia antiga, e que é comum tanto ao hinduísmo quanto ao budismo. Contudo, como nosso interesse é a tradução do cânone pāli, delimitaremos nosso conceito para o sistema religioso budista. *Kamma* em pāli significa ação. Carma (a grafia portuguesa da palavra) é, na acepção budista, a ação que é feita com uma intenção, com uma volição.

Os feitos tornam-se manifestos através de três “portas” ou canais: externamente através do corpo e fala, e internamente através da “porta mental” como pensamentos, planos, desejos e emoções. A fonte da qual todos os tipos de ação emergem é volição, e assim é a volição que concede à ação sua qualidade eticamente determinante. (COHEN, 2008, p. 96)

A volição determinará a qualidade ética da ação. No budismo não há o conceito de “pecado”; antes há “ações hábeis” (*kusala-kamma*) e “ações inábeis” (*akusala-kamma*). As primeiras são as que conduzem à libertação, e as segundas as que afastam o indivíduo desta. Não se trata de fatalismo: só existiria para esse sistema, em certo sentido, o momento presente, no qual o indivíduo pode fazer o bem ou o mal. Do bem advém o bem, do mal, o mal. “O resultado, bom ou mau, pode ocorrer imediatamente, ou pode levar éons. Que isso deve ocorrer mais cedo ou mais tarde não é questionado. É uma lei natural que todos os eventos têm causas e que todas as ações produzem resultados.”²³ Contudo, é preciso ressaltar que há um carma que vai, por assim dizer, além do carma. Há bom carma e há mau carma, mas no sentido em que o budista acredita que é preciso buscar a libertação do *samsara* (do mundo dos fenômenos onde alegria e tristeza se alternam sem parar e sem dar

²³ MORGAN, 2010, p. 82

descanso ao indivíduo, caracterizado pela impermanência e pelo sofrimento), ele deve praticar o carma que vai além do bem e do mal (para usar uma expressão semi-nietzscheana). O nirvana é, na religião, a libertação desse círculo vicioso e portanto a liberdade dos grilhões do carma.

Nossa unidade operacional mínima diz o seguinte: *carma é ação cuja intenção determina seus efeitos éticos*.

Entendemos a *reine Sprache* como um “parâmetro cármico”. Por “parâmetro” entendemos uma “constante característica de um fenômeno”²⁴. Um parâmetro cármico é uma constante na *intentio* tradutória. Como se vê, a *reine Sprache* passando pelo interior do cânone pāli – “como um camelo pelo buraco da agulha” (para usar um símile cristão) – bascula o conceito entre *langue* e *parole*, a “língua” pura é a pura dialética intencionada no seio da *prática* tradutória. É o que, de uma matriz budista, se diz com “parâmetro cármico”. Pois traduzir é uma ação intencional, ainda que para ascender à ação tradutória pura seja preciso – como diria Benjamin – relevar a intenção comunicativa.

Por outro lado, toda essa discussão parece se “resumir” ao nível da intenção. Cada tradução singular, empírica e particular precisa contar com seu próprio projeto de tradução (e traduzir sutras e poesias do cânone pāli não é diferente); a *reine Sprache* do outro lado da “fita de Möbius” (elemento topológico com torção que lhe confere “um lado só”) só “existe” como Projeto *de si mesma*. A língua pura se decalca sobre o Projeto de tradução da Doutrina, infinitamente traduzível – como o sabia Benjamin – já que, em termos do sartreano “ser é fazer”, a língua é uma experiência. Aqui remontamos ao “encontro pessoal” de Haroldo de Campos com a Bíblia de nossa introdução, no sentido em que não há uma tradução-essência à qual se apegar, mas sim a experiência do traduzir.

Traduzir se torna uma forma de meditação quando é uma prática não “mística” de puro processo, mas sim uma arte e uma ciência do Vazio. “Toda tradução é uma meditação no vazio e uma

²⁴ FERREIRA, 1963, p. 890.

performance de originação dependente; toda grande tradução é extremamente, palpavelmente assim. Não devemos nos surpreender, tampouco, que não há uma tradução definitiva.”²⁵ Não há tradução definitiva porque não há língua definitiva, porque a realidade é impermanente. O “parâmetro cármico” que encontramos na doutrina da tradução de Benjamin é, entre as coisas que o tradutor carrega para dentro de sua tradução, a intenção do tradutor de traduzir. A *reine Sprache* é o invólucro encontrado por Benjamin para elevar ao mais alto grau a tarefa do tradutor; uma leitura budista “desempacota” o conceito para desfazer a ilusão de um “eu” que traduz.

É nesse sentido que a “impossível” tarefa (ou “renúncia”) de traduzir se torna plenamente possível. A tradução é possível da mesma forma que a não-ação é possível. Traduzir o *Dhamma* é possível, mas não há garantia de sucesso; antes é a língua pura que *abre* o campo do traduzir.

5. Conclusão

À guisa de conclusão, passemos pela tradução de alguns versos do *Dhammapada*. Vamos construir uma pequena versão “inter-linear”, com traduções: uma em português, e duas em inglês (a primeira em versos e a segunda em prosa). Diz o cânone e são estas as versões:

Na hi verena verāni
sammantīdha kudācanam.
averena ca sammanti.
esa dhammo sanantano.²⁶

Jamais o ódio com o ódio
em tempo algum aqui cessou.

²⁵ HUMPHRIES, 1997, p. 501.

²⁶ GAIR e KARUNATILLAKE, 2013, p. 14.

Com a ausência dele cessará.
Trata-se de lei imutável.²⁷

Hostilities aren't stilled
through hostility,
regardless.
Hostilities are stilled
through non-hostility:
this, an unending truth.²⁸

“Hatred is never appeased by hatred in this world. By non-hatred alone is hatred appeased. This is a law eternal.”²⁹ Propomos também nossa tradução, tentando recriar os versos búdicos em redondilhas maiores:

Nunca rancor com rancor
Cessou aqui algum dia.
Com não-rancor ele cessa.
Esta é uma lei eterna.

Cumpre fazer alguns comentários a essa breve tradução. Seus aspectos formais foram delineados pelo projeto de tradução (no nosso caso, muito simples: de verter em redondilhas maiores, isto é, de sete sílabas). A isso acrescentamos uma certa *Wörtlichkeit*, já que mantivemos a ordem das palavras do pāli no segundo verso, “esticando” a sintaxe do português. Também a negação de *verena* com o prefixo *a-* foi “literalmente” vertida com nosso “não-rancor” (recriando a ênfase no negativo do pensamento filosófico indiano clássico).

No entanto, isso não torna nossa versão “superior” às demais; pelo contrário, é a *prática* de traduzir o *Dhamma* que atualiza a *rei-*

²⁷ BUDA, 2009, p. 43-44

²⁸ BUDA, 2013a.

²⁹ BUDA, 2013b.

ne Sprache como parâmetro cármico. A tradução desses versos já continha o carma da nossa intenção de “colar os cacos” (como no símile benjaminiano do vaso) do português que contém o pāli como “outro lado” de uma fita de Möbius. A língua portuguesa mantém uma relação dialética com o pāli e que, por agora conter nossos versos, faz língua pura com o traduzir consciente de si. Ali onde a nossa língua pode dizer nossos versos, o “nosso” medita em sua ausência no fluxo de impermanência que arrasta seres e linguagens, mas sem um destino final. Traduzimos *Offenbarung* por “epifania” e encontramos uma revelação *na* tradução que é prática: a língua pura, um empuxo a lidar com uma multiplicidade de epifanias a cada tradução; traduzir, uma meditação em que a comunicação cessa seu borburinho e o silêncio atenta para o que origina.

Abordamos, através de um *close reading* de trechos selecionados, o tópico da língua pura segundo o Walter Benjamin de “A Tarefa do Tradutor”. Depois torcemos o conceito da *reine Sprache* para iluminar o cânone pāli e encaramos o paradoxo da Revelação sem Criador. Mais do que isso: “quem” ou “o que” pode traduzir? Pois da perspectiva do *Dhamma*, não há tradutor. Há um traduzir constante onde a língua pura é “parâmetro cármico”, em nosso conceito que sutura tradutologia e teologia. Depois disso, pintamos, ainda que com pinceladas breves, a tradução como meditação. E chegamos a uma versão de um trecho do *Dhammapada*. Essa versão pode contar com um “projeto” apropriado ao esforço, mas, de qualquer forma, atualizando a *reine Sprache* no universo de sua *intentio*. Nesse sentido, dizemos que a língua pura está do outro lado da “fita de Möbius” em que se espraiam as linguagens.

À guisa de conclusão, gostaríamos de tentar responder a duas possíveis objeções. A primeira é a de que o conceito de *reine Sprache* seria desfigurado pela *forçagem* da matriz budista que usamos para traduzir a matriz judaica de Benjamin. É uma contestação que desconhece a natureza transformadora da tradução. Pois traduzir é transmutar; é criar, recriar e transcriar o novo como mais do que a repetição do velho. Nossa leitura de *Die Aufgabe des Übersetzers* pelo avesso do avesso, eliminando um Criador da *Offenbarung*,

pode ser vista como uma leitura materialista do “rabino” Benjamin. Somos tentados a propor uma cesura a Benjamin, análoga à de Althusser para o jovem e velho Marx, que divida sua obra e plante uma origem, sobretudo no tocante a seu conceito de história. Uma segunda objeção que pode ser feita diz respeito à natureza do carma. Ora, o carma é um conceito no seio de uma doutrina religiosa e portanto não poderia ser usado “objetivamente” como conceito num contexto científico. Essa contestação tem sua razão de ser, mas no sentido em que trabalhamos com a tradução do cânone pāli, a lógica do objeto comporta o conceito de carma; em outras palavras, a doutrina budista *sobredetermina* a natureza da língua pāli, fazendo com que qualquer consideração a respeito de tradução envolvendo esta passe por aquela. Não podemos, obviamente, convencer nenhum leitor da existência da lei do carma, pois isso ultrapassaria o âmbito acadêmico do presente estudo e nos afastaríamos dos estudos de tradução. Contudo, no sentido em que Benjamin pode usar um vocabulário da mística judaica em seu texto (Revelação, sagrado, Deus), nós traduzimos tais construções num contexto religioso, ainda que remoto. De qualquer forma, nossa investigação inicial a respeito das “causas e condições” de uma tradução do cânone pāli se revelou frutífera ao posicionar a *reine Sprache* do outro lado da fita de Möbius.

Referências

ADORNO, Theodor W. Der Essay Als Form. In: ROHNER, Ludwig. *Deutsche Essays – Band 1: Essays avant la lettre*. Berlin: DTV, 1972.

BAKER, Mona (Ed.). *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. London; New York: Routledge, 2000.

BENJAMIN, Walter. Die Aufgabe des Übersetzers. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Bd. IV/1. Frankfurt: Main, 1972.

_____. *Origem do Drama Trágico Alemão*. Tradução de João Barrento. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.

BUDA. *Ensinamentos do Buda: uma antologia do cânone páli*. Organização e tradução de Nissim Cohen. São Paulo: Devir Livraria, 2008.

_____. *Darmapada: a doutrina budista em versos*. Tradução de Fernando Cacciatore de Garcia. Porto Alegre: L&PM Editores, 2009

_____. Yamakavagga: Pairs (Dhp I). Tradução de Thanissaro Bhikkhu. *Access to Insight (Legacy Edition)*, 30 nov. 2013a. Disponível em: <http://www.accesstoinsight.org/tipitaka/kn/dhp/dhp.01.than.html>.

_____. Yamakavagga: Pairs (Dhp I). Tradução de Acharya Buddhakkhita. *Access to Insight (Legacy Edition)*, 30 nov. 2013b. Disponível em: <http://www.accesstoinsight.org/tipitaka/kn/dhp/dhp.01.budd.html>.

CAMPOS, Haroldo de. *Qohélet = O-que-sabe*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

COHEN, Nissim. Introdução. In: BUDA. *Ensinamentos do Buda: uma antologia do cânone páli*. Organização e tradução de Nissim Cohen. São Paulo: Devir Livraria, 2008.

DERRIDA, Jacques. O que é uma tradução “relevante”? Tradução de Olivia Niemeyer Santos. *Alfa*, São Paulo, v. 44, n. esp., 2000.

DURKHEIM, Émile. *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse: le système totémique en Australie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

GAIR, James W.; KARUNATILLAKE, W. S. *A New Course in Reading Pāli: Entering the Word of the Buddha*. Delhi: Motilal Banarsidass Publishers, 2013

HANH, Thich Nhat. *A Arte do Poder*. Tradução de Claudia Gerpe Duarte. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

HUMPHRIES, Jeff. The Karmic Text: A Buddhist Reading of Jacques Derrida and Paul de Man Reading Walter Benjamin's "The Task of the Translator". *University of Toronto Quarterly*, v. 66, n. 3, 1997.

KOJÉVE, Alexandre. *Introdução à Leitura de Hegel*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: UERJ; Contraponto, 2002.

MORGAN, Diane. *Essential Buddhism: a Comprehensive Guide to Belief and Practice*. Santa Barbara: Greenwood Publishing Group, 2010

ŽIŽEK, Slavoj. *First as Tragedy, Then as Farce*. London; New York: Verso, 2009.

Recebido em: 18 de novembro de 2017

Aceito em: 05 de janeiro de 2018

Publicado em: maio de 2018